OS DESAFIOS DO SISTEMA ELEITORAL BRASILEIRO E SUA EVOLUÇÃO

Autor(res)

Luciana Calado Pena
Natalia Goncalves Fernandes
Renata Apolinário De Castro Lima
Renato Horta Rezende
Henrique Bispo Santos Souza
Ivone Alves De Sousa Santos
Hugo Malone Xavier Couto E Passos
Rauffe Pereira Santos
Eduardo Augusto Gonçalves Dahas
Gil César De Carvalho Lemos Morato

Categoria do Trabalho

1

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

Introdução

O sistema eleitoral brasileiro passou por diversas transformações ao longo da história, com o intuito de garantir maior legitimidade ao processo democrático e melhor representação da população. O Brasil adotou um sistema eleitoral proporcional de lista aberta, que visa refletir a pluralidade política, mas também trouxe desafios, como a fragmentação partidária e dificuldades de governabilidade. Em resposta a esses desafios, recentes reformas foram implementadas, como a proibição das coligações proporcionais e a criação de uma cláusula de barreira, que limita o acesso dos partidos ao Congresso Nacional. Este estudo busca analisar como essas mudanças impactaram a representatividade e o equilíbrio no cenário político brasileiro.

Objetivo

O presente trabalho tem como objetivo analisar as mudanças no sistema eleitoral brasileiro, especialmente a partir das reformas de 2015, e avaliar seus impactos na estrutura partidária e na representatividade política.

Material e Métodos

Para a elaboração do presente trabalho, foi utilizado o método indutivo e a pesquisa foi teórica consistindo na análise de obras acadêmicas e legislações que discutem o sistema eleitoral brasileiro e suas reformas. As principais fontes consultadas foram o livro Sistemas Eleitorais e Representação Política no Brasil, de Carlos Araujo (2016), e o artigo de Hélio Ricardo Dantas (2018), que discute os avanços e desafios da reforma política. Estas referências foram fundamentais para o embasamento teórico sobre a evolução do sistema eleitoral brasileiro e suas consequências para a governabilidade e pluralidade partidária.

Resultados e Discussão

As recentes reformas eleitorais no Brasil foram motivadas pela crescente fragmentação partidária e instabilidade política. A proibição das coligações proporcionais, implementada a partir de 2020, buscou diminuir o número de partidos no Congresso e fortalecer as siglas mais representativas. De acordo com Araujo (2016), essa mudança era essencial para corrigir a "distorção representativa", que permitia a pequenos partidos formarem coligações apenas para obter mais tempo de TV ou acesso ao fundo partidário. No entanto, Dantas (2018) observa que, embora essas reformas tenham contribuído para uma maior organização do sistema partidário, elas também reduziram a pluralidade, dificultando a entrada de novos atores políticos. A cláusula de barreira, por exemplo, exige um percentual mínimo de votos para que partidos tenham acesso a propaganda gratuita e fundos partidários, o que pode resultar na "elitização política", favorecendo partidos já consolidados.

Conclusão

Conclui-se que as reformas eleitorais no Brasil, especialmente as introduzidas a partir de 2015, trouxeram avanços significativos em termos de governabilidade e organização do sistema partidário. No entanto, elas também geraram novos desafios, como a redução da pluralidade política e a potencial exclusão de novos movimentos e partidos menores. A busca por um sistema eleitoral mais equilibrado deve continuar, com o objetivo de garantir representatividade sem comprometer a estabilidade política.

Referências

ARAÚJO, Carlos. Sistemas Eleitorais e Representação Política no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2016.

DANTAS, Hélio Ricardo. Reforma Política no Brasil: Avanços e Desafios. Revista Brasileira de Direito Eleitoral, v. 23, n. 2, p. 45-67, 2018.